



42

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2011

Do Liberalismo à República ou um tempo de oportunidades perdidas: para um perfil do “historiador português” de oitocentos*

ARMANDO LUÍS DE CARVALHO HOMEM

Universidade do Porto – Faculdade de Letras

Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais
Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade (CEPESE).

ahomem@letras.up.pt

Resumo:

No âmbito do bicentenário do nascimento de Alexandre Herculano (2010), o presente texto reflecte sobre as circunstâncias da cientificação de CLIO em Portugal, pretendendo patentear o modo como tal processo esteve pleno de discontinuidades e de insuficiências – «oportunidades perdidas», no fundo; e como, afinal, os historiadores portugueses do século XIX e de boa parte do século XX só pontualmente estiveram ligados à transmissão didáctica do seu Saber.

Palavras chave:

Portugal; Séculos XIX-XX; Historiografia; Universidades; Ensino da História.

Abstract:

As part of a colloquium evocative of the bicentennial of Alexandre Herculano's birth (2010), this text reflects on the circumstances of the CLIO scientification in Portugal, claiming to patent how this process was full of discontinuities and shortcomings – “missed opportunities” after all. And it also intends to show how Portuguese historians of the nineteenth century and much of the twentieth century only seldom have been linked to the didactic transmission of their knowledge.

Keywords:

Portugal; 19th-20th centuries; Historiography; Universities; Teaching of History.

* Comunicação apresentada ao Colóquio *Revisitando Alexandre Herculano: 1810 | 2010 [no Bicentenário do seu Nascimento]* (Porto, FLUP, 2010/11/19).

Não é propriamente coisa rara ouvir qualificar Oitocentos como «o século da História», século do pleno tirar de consequências de uma recém-adquirida cientificidade da nossa área de Saber, num processo radicando nas Luzes mas plenamente consumado no cenário cultural do Romantismo. Cientificidade de uma disciplina que, como tal, é passível de ensino, dos níveis mais elementares às Universidades; cientificidade que comporta, por outro lado, a profissionalização dos criadores respectivos, no quadro liberal do Estado-Nação, seja como arquivistas, bibliotecários, museólogos ou participantes de missões arqueológicas, seja, **aspecto essencial para o que de momento nos interessará**, como professores do Ensino Superior desse tempo.

Ora, e como é também sabido, este último ponto conhecerá entre nós um assinalável atraso em relação à Europa de além-Pirenéus. O Portugal do século XIX conheceu indubitavelmente grandes Mestres de Clio; mas só muito limitadamente conheceu ESCOLA, no sentido de pronta transmissão didáctica das aquisições investigativas, com as naturais consequências ‘reprodutoras’.

E porquê? É tempo de recuarmos um pouco ao século anterior, a tempos josefinos e marianos. Um conjunto de iniciativas institucionalizantes ou reformadoras processado ao longo do último terço de Setecentos permitiria, à partida, pensar num futuro promissor em termos de plena configuração de Clio entre nós:

- Estou a pensar na circunstância de a reforma pombalina do Estudo Geral (1772) ter introduzido a *História do Direito* no quadro das disciplinas da então Faculdade de Leis;
- estou também a pensar na criação da Real Academia das Sciencias (1779) e na importância da pesquisa erudita no quadro da respectiva classe de Letras;
- estou finalmente a pensar na criação, também em Coimbra, da *Aula de Diplomática* (1796), provida fundacionalmente na pessoa do portuense João Pedro Ribeiro (1758-1839), lente de Cânones – que a leccionaria até *circa* 1825 –, mas entretanto transferida para a Torre do Tombo, em 1801.

Só que tais auspícios acabaram por não ter a sequência que seria legítimo esperar.

A *História do Direito* estreou-se com brilho e assim prosseguiu até meados de Oitocentos: bastará elencar alguns dos primeiros titulares, nomes como Pascoal de Melo Freire (1738-1798), Ricardo Raimundo Nogueira (1746-1827), Francisco Coelho de Sousa e São Payo (?-1828) ou Manuel António Coelho da

Rocha (1793-1850), todos eles produtores de bibliografia jus-historiográfica. Mas a morte prematura do último mencionado, justamente a meio do século, irá abrir uma prolongada *crise sucessória* – quase meio século: o seu conhecido *Ensaio sobre a História do Governo e da Legislação de Portugal para servir de Introdução ao Estudo do Direito Patrio*, com origens na década de 1830 e 1.^a edição impressa em 1841, compreenderá seis reedições até 1896, sinal óbvio da sua utilização como *manual base* ao longo de mais 50 anos, período durante o qual a cadeira foi preleccionada por Mestres *de circunstância*, com inclinações outras que não a História do Direito. E só mesmo a partir do limite da centúria se esboçaria uma situação outra, por influência directa dos 2 primeiros volumes da *Historia da Administração Publica* de Henrique da Gama Barros (1832-1925) – publicados respectivamente em 1885 e em 1896 –, e pela mão de Mestres ao tempo jovens e não necessariamente jus-historiadores: Guilherme Moreira (1861-1922), José Ferreira Marnoco e Sousa (1860-1916), José Alberto dos Reis (1875-1955), Joaquim Pedro Martins (1875-1939) e Artur de Miranda Montenegro (1871-1941); do seu magistério irão sair Manoel Paulo Merêa (1888-1977) e Luís Cabral de Moncada (1888-1974). Mas não nos antecipemos...

Quanto à Academia das Ciências, trilhou inegavelmente, no «fazer História», um percurso com brilho nas suas primeiras cinco/seis décadas. É o tempo do envio de académicos em deslocações aos principais arquivos do Reino, como tempo é ainda de extensa e sólida produção memorialística, num processo onde se destacam o já mencionado João Pedro Ribeiro, António Caetano do Amaral (1747-1819), José Anastásio de Figueiredo (1776-1805), José António de Sá (?-1819), Francisco Aragão Morato (1777-1838) ou Sebastião Mendo Trigozo (1785-?). E aproveito para lembrar que tais figuras mereceram em tempos passados a atenção de Mestres desta Casa, um dos quais já desaparecido, António Cruz (1911-1989), e outros três actualmente aposentados, Luís de Oliveira Ramos¹, Fernando de Sousa² e Aníbal Barreira³. Salientarei também que parte da memorialística da classe

¹ Ramos, Luís António de Oliveira, «António Caetano do Amaral e a Historiografia Portuguesa», sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, 30, Coimbra, 1984.

² Sousa, Fernando de, «Memória (A) dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá», sep. de *Revista da Faculdade de Letras [UP]*. *História*, IV-V, Porto, 1973-1974.

³ Barreira, Aníbal José de Barros, *Aspectos do pensamento histórico em Portugal no século XIX*, tese de licenciatura / UP, policop., Porto, s.e., 1970; Idem, «José Anastásio de Figueiredo: sua contribuição para a cientificação da História em Portugal», *Revista da Faculdade de Letras [UP]*,

de Letras está aqui actualmente em análise, no âmbito de um projecto *post-doutoral*.

Mas, e avançando, a Academia e parte significativa dos seus membros não terá inicialmente *convivido* com o Liberalismo em termos propriamente *idílicos*, uma problemática que bem mereceria a atenção dos estudiosos. Não será pois de surpreender que a partir de meados de Oitocentos decaia o ritmo da produção memorialística e que o próprio ‘paradigma’ de uma erudição de *nouveau style*, como seriam os *Portugaliae Monumenta Historica* (1856 ss.), tenha em diversos momentos sofrido atrasos de edição de que Herculano, como é sabido, repetidamente se queixará.

Quanto à *Aula de Diplomática*, pode dizer-se que viveu e brilhou no tempo do fundador: parece poder afirmar-se com segurança que João Pedro Ribeiro gostava de ensinar e gostava de iniciar os seus estudantes na pesquisa erudita: daí que o que hoje chamaríamos a «ficha técnica» de mais do que uma publicação sua da segunda década de Oitocentos as refira como coligidas pelos discípulos da Aula e corrigidas pelo lente respectivo. Mas o fundador não teria sequência à altura: o elenco dos seus continuadores – até à integração da Aula no Curso Superior de Letras, em 1901, e sua transformação em Curso de Bibliotecário-Arquivista – o elenco, repito, estabelecido por António Cruz em trabalho de há 40 e poucos anos⁴, mostra-nos uma sucessão de «ilustres desconhecidos», sem qualquer lugar significativo na Historiografia de então. Mais: nenhum nome de destaque mínimo no nosso panorama *cliológico* de Oitocentos parece dever o essencial da sua formação – quando escolar – à *Aula* do tempo *post*-João Pedro Ribeiro...

Ou seja, e de certo modo sintetizando quanto disse até este momento, três brilhantes arranques seguidos de outras tantas decepcionantes estagnações: História jurídica na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, Academia das Ciências, *Aula de Diplomática*... Três oportunidades perdidas, em suma, na edificação de um mínimo de *Escola* no nosso «fazer História» oitocentista. Será por isso de admirar que a maioria dos historiadores portugueses de então haja chegado ao ofício na base, essencialmente, do que chamarei um

sér. de *História*, II (1971), pp. 189-199. Idem, «João Pedro Ribeiro, sua posição na Historiografia Portuguesa», *Revista de História* [Centro de História da Universidade do Porto], II (1979), pp. 51-63.

⁴ Cruz, António, «Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal», *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I (1966): 173-232, *maxime* 209-210.

autodidactismo esclarecido? As incompletas formações escolares de um Herculano ou de um Oliveira Martins, a par do extenso e bem seleccionado cabedal de leituras formativas, aí estarão a dar-nos um primeiro ensaio de resposta... O que nos retransporta a uma dicotomia proposta por Pierre Nora há pouco mais de 20 anos: na «Conclusão» ao clássico volume *Essais d'ego-histoire* (1987), o autor distingue dois modos possíveis de *chegar ao ofício* entre os historiadores franceses de meados de Novecentos:

- O historiador que faz do estudo das sociedades humanas no tempo uma apaixonante actividade do espírito, entre outras possíveis;
- e o que faz da *História* uma curiosidade nativa e a exploração de um imaginário íntimo;
- a primeira atitude corresponderá a vocações de certo modo tardias, plenamente intelectuais e (porventura) desinteressadas, reconhecendo as influências essenciais nos estudos avançados;
- a segunda, pelo contrário, virá da infância, do meio familiar, dos bons Mestres dos Ensinos primário e secundário⁵.

Ora nós dificilmente encontraremos situações do primeiro tipo entre os historiadores do século XIX português: uma vez mais, as escolaridades irregulares ou mesmo incompletas de um Herculano ou de um Oliveira Martins justificarão este ponto de vista.

Um caso singular, entretanto, e numa geração ainda próxima da de Herculano, é o de Luiz Augusto Rebello da Silva (1822-1871). Autodidacta, também ele – frequentou Direito sem concluir –, passado pelo Jornalismo e pela Política (foi deputado, secretário do Conselho de Estado, membro do Conselho Superior de Instrução pública e ministro da Marinha e Ultramar num dos Executivos do duque de Loulé [1869-1870]), a edição, a partir de 1860, dos cinco sucessivos volumes da sua *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*⁶ consagrá-lo-ia

⁵ Nora, Pierre – «Conclusion», in Idem [Ed.], *Essais d'ego-histoire*, Paris, Gallimard, 1987, pp. 351-369, *maxime* 363-364.

⁶ Silva, Luiz Augusto Rebello da, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, fac-simile da ed. de 1860, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971 (com estudo prévio de Jorge Borges de Macedo a pp. 7-130 do vol. I).

como um dos possíveis sucessores de Herculano. A consequência directa passou pela efectiva alternativa ao Mestre enquanto primeiro titular da cátedra de *História Universal e Nacional* do Curso Superior de Letras, que ocupará de facto de 1861 até ao fim da vida, 10 anos mais tarde. Rebello da Silva configura-se assim como caso quase único no seu tempo: o historiador que é professor de *História* (**sublinhe-se**) no Ensino Superior.

Curso Superior de Letras, referi eu há momentos... Criado em 1859, com particular empenhamento de D. Pedro V em tal processo, como é sabido, talvez nele se tenham depositado excessivas esperanças... E, em termos de Clio, acabou por constituir mais uma *oportunidade perdida*, porquanto os sucessores de Rebello da Silva foram essencialmente expositores e compendiadores, nunca produzindo Obra erudita significativa: que dizer, a tal respeito, de Augusto Seromenho (1833-1878), de Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910) ou, mesmo no limite do período considerado, de Manoel Maria de Oliveira Ramos (1862-1931), de Agostinho José Fortes (1869-1940) ou mesmo do Queirós Veloso (1860-1952) anterior a 1930 ?...

Mas, uma vez mais, detenhamo-nos por instantes.

A singularidade do caso de Rebello da Silva levar-nos-á entretanto a enunciar duas questões de fundo:

- Em termos de formação, de onde vêm os historiadores com Obra iniciada entre os meados do século XIX e a República ?
- E, tendo em conta que só excepcionalmente terão sido historiadores profissionais, o que fizeram afinal na vida ?

Visando uma resposta, erigi em campo de análise os 33 nomes com Obra começada a publicar entre *ca.* 1845 e *ca.* 1910, seleccionados por A. H. de Oliveira Marques (1933-2007) para a conhecida *Antologia da Historiografia Portuguesa*⁷. Com que resultados?

A listagem das habilitações académicas deste *corpus* de «sacerdotes de Clio» revela-nos à partida – e não é propriamente surpreendente – os não titulares de qualquer habilitação significativa: de Herculano a Oliveira Martins,

⁷ Marques, A. H. de Oliveira [Ed.], *Antologia da Historiografia Portuguesa*, II. *De Herculano aos Nossos Dias*, reed., Mem Martins, Europa-América, 1983, II, pp. 15 ss.

de José Ramos Coelho (1822-1914) a Rebello da Silva, a Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921) ou a João Lúcio de Azevedo (1855-1933), os exemplos vão surgindo. Mas no mesmo plano se encontram as formações jurídicas, e logo abaixo a Medicina e a formação militar:

- Assim, entre os juristas deparam-se nos Henrique da Gama Barros (1833-1925), António Costa Lobo (1840-1913), Alberto Sampaio (1841-1908), Teófilo Braga (1843-1924) ou Fortunato de Almeida (1869-1933); médicos foram no Augusto Teixeira de Aragão (1823-1903), Francisco de Sousa Viterbo (1845-1910), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), Maximiano Lemos (1860-1923) ou Queirós Veloso; e militares foram no José Maria Latino Coelho (1825-1891), Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) e Francisco Esteves Pereira (1854-1924).
- Num plano quantitativamente inferior, mencionem-se os filólogos com formação haurida além-fronteiras (caso de Carolina Michaëlis [1851-1925]), os matemáticos (foram no Luciano Pereira da Silva [1864-1926], Francisco da Costa Lobo [1864-1945] e Duarte Leite [1864-1950]) e os diplomados pelo Curso Superior de Letras (casos de Luciano Cordeiro [1844-1900] e de David Lopes [1867-1942]).

É evidente que os ‘nossos’ 33 historiadores exerceram profissões ou protagonizaram situações plurais e diversificadas (em número de 69), ainda que, obviamente, em momentos diversos das respectivas existências:

1. A segunda listagem, que se lhes reporta, evidencia à cabeça as actividades políticas: a situação é trivial e arqui-conhecida, pelo que julgo desnecessário concretizá-la. Mas o mesmo já não direi de algumas das subsequentes:
2. As situações de criador literário estão igualmente bem recenseadas: Herculano, Rebelo da Silva, Pinheiro Chagas, Teófilo, Oliveira Martins *and so on...*
3. Professores liceais (como Luciano Cordeiro, Fortunato de Almeida ou António Baião [1878-1861]), jornalistas (como Rebello da Silva ou Sousa Viterbo) e bibliotecários-arquivistas (como Ramos Coelho, Gabriel Pereira ou Leite de Vasconcelos) ocupam o patamar subsequente; o que em nada é de estranhar, até em termos europeus do tempo.

4. O montante dos professores do Ensino Superior (doze) acaba por revelar-se, porventura, surpreendente. Mas haverá aqui algumas prevenções a fazer:
- Professores propriamente de *História* foram-no somente três: o mencionado Rebello da Silva e, já mesmo no limite temporal, Queirós Veloso e o teólogo coimbrão António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941), que a partir de 1911 se configurará como o «fundador» da *Escola Histórica* da novel Faculdade de Letras.
 - Os 3 restantes lentes do Curso Superior de Letras (Teófilo, Pinheiro Chagas e David Lopes) foram-no de cadeiras várias de Língua e Literatura; e o mesmo se diga de Leite de Vasconcelos, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na fase inicial. Quanto aos 3 lentes da Universidade de Coimbra, deparam-se-nos – todos eles já mencionados – dois matemáticos Francisco da Costa Lobo e Luciano Pereira da Silva – e uma filóloga – Carolina Michaëlis. A Academia Politécnica do Porto e a Escola Politécnica de Lisboa revelam-nos dois lentes de Matemática – Duarte Leite e Latino Coelho, o segundo com formação militar – enquanto que a Escola Médico-Cirúrgica do Porto nos revela alguém que entre outras coisas foi um Historiador da Medicina e do Ensino Médico-Cirúrgico – Maximiano Lemos (1863-1923).
 - Ou seja, a *Escola* não forma historiadores e aqueles historiadores que exercem no Ensino Superior leccionam matérias outras que não a *História*.
5. Os 4 militares e os outros tantos médicos – todos eles já mencionados – prolongam aqui a formação obtida nas Escolas respectivas.
6. E mencionem-se ainda dois conservadores de Museu (Teixeira de Aragão e Vítor Ribeiro [1862-1930]) e dois engenheiros (Esteves Pereira e Joaquim Bensaúde [1859-1952]).

Em jeito de balanço, direi que a Historiografia Portuguesa não entrou propriamente o século XX sob maus auspícios: a continuada influência de Herculano e de Oliveira Martins e, a partir da década de 1880, a entrada em cena de nomes como os de Gama Barros, Alberto Sampaio, Costa Lobo, Braamcamp

Freire ou Pedro de Azevedo afigurar-se-iam circunstâncias animadoras. Faltava no entanto, repito, *Escola*.

Quando na Primavera de 1911 o Governo Provisório da República transforma a preexistente Faculdade de Teologia e o preexistente Curso Superior de Letras em Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa, respectivamente, ambas com um 4.º Grupo disciplinar votado à *História*, talvez não fosse ilegítimo pensar que finalmente iríamos ter aquilo que faltava. Só que, e como diriam *nuestros hermanos*, «no hay tortillas sin huevos»: era o problema do arranque do Ensino Universitário em áreas com escassa tradição investigativa dentro do *claustro*. Ainda que em situações diferenciáveis:

- Coimbra ainda pareceria poder beneficiar das prévias tradições da Faculdade de Teologia em matéria de «erudição profana» (Vitorino Nemésio)⁸. E, de facto, o já mencionado António de Vasconcelos bem cedo começou a criar *Escola*, laureando doutoralmente, ainda nos anos 10, dois dos seus primeiros discípulos: Joaquim de Carvalho (1892-1958) e Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977). Mas o segundo teria uma carreira académica relativamente efémera, e em contrapartida as décadas subsequentes iriam ser marcadas pelo *cinzentismo* daquilo a que João Paulo Avelãs Nunes chamaria «historicismo neo-metódico»⁹.
- Lisboa, por seu turno, prolongaria durante décadas a tradição compendiante e enciclopédica vinda do Curso Superior de Letras.

Afinal, as reformas republicanas do nosso Ensino Superior acabariam por constituir também uma *oportunidade perdida*, mais uma... E o verdadeiro *take-off* da Historiografia só viria bem mais tarde, dobrada já a primeira metade de Novecentos.

Mas isso seria já outra *estória*, bem longa também de contar...

⁸ Nemésio, Vitorino, «Última Lição», in Gouveia, Maria Margarida Maia de [Ed.], *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 1986, *passim*.

⁹ Nunes, João Paulo Avelãs, *História (A) Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O Historicismo Neo-Metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico: 1911-1974*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995.

Habilitações literárias e actividades profissionais de 33 historiadores portugueses (ca. 1845-ca. 1910)

1. Habilitações académicas

a) Sem qualificação académica.....	6
b) Direito.....	6
c) Medicina.....	4
d) Formação militar.....	4
e) Est. Sup. no estrangeiro (Filologia).....	3
f) Matemática.....	2
g) Cº Superior de Letras (CSL).....	2
h) Teologia.....	1
i) Philosophia Natural.....	1
j) Est.ºs Sup. no estrangeiro (Eng. Civil).....	1
k) Curso de Bibliotecário-Arquivista.....	1

2. Profissão/Actividade

a) Político.....	13
b) Criador literário.....	7
c) Professor liceal.....	6
d) Jornalista.....	6
e) Bibliotecário-Arquivista.....	5
f) Prof. Curso Sup. de Letras.....	5
g) Militar.....	4
h) Médico.....	4
i) Professor da UC.....	3
j) Funcionário público.....	3
k) Conservador de Museu.....	2
l) Engenheiro.....	2
m) Actividades comerciais.....	1
n) Diplomata.....	1
o) Magistrado.....	1
p) Prof. Academia Pol. do Porto.....	1
q) Prof. Esc. Méd.-Cirúrg. e FM/UP.....	1
r) Prof. Esc. Politécn. Lisboa.....	1
s) Prof. da UL.....	1
t) Proprietário rural.....	1
u) Sacerdote.....	1